Administração: entre sua (in)definição e sua racionalidade

Ana Cristina Batista-dos-Santos*

Resumo: O texto empreende uma reflexão teórica sobre o construto Administração, abordando, inicialmente, sua etimologia e conceito, donde destaca suas imprecisões. Discute o paradoxo presente nas narrativas que apresentam a Administração, simultaneamente, como: ciência, arte, tecnologia, e fenômeno político, e a aparência de torre de babel reinante no respectivo campo. Partindo do entendimento que uma tentativa de definição da Administração, que busque incorporar a perspectiva da totalidade, exige levar em conta sua inscrição histórica, o texto faz um resgate da emergência e evolução histórica da Administração e aponta o tipo de racionalidade predominante no campo. Finalmente, o texto debate sobre a Administração em sua relação com o econômico, discute a diferença deste último em relação à crematística, e aponta a traição crematística como o fenômeno sócio-histórico que explica e situa a Administração como agente de maximização do capital no contexto da indústria capitalista moderna.

Palavras-chave: Conceito de administração. Racionalidade administrativa. Relação economia-administração.

Administration: between its (in)definition and its rationality

Abstract: The text leads to a theoretical reflection on the Administration construct, approaching, initially, its etymology and concept, from where it extracts its impressions. It discusses the paradox present in the narratives that feature Administration, simultaneously, as: science, art, technology and political phenomenon; and the appearance of Tower of Babel, dominant in the respective field. Taking into account that an attempt of defining Administration, that seeks to incorporate the perspective of totality, ought to consider its historical background, the text retrieves the emergence and historical evolution of Administration and points out the prevailing type of rationality in the field. Finally, the text debates about the relationship between Administration and economics, discussing the difference between the latter in relation to chrematistics, and pointing out the chrematistic betrayal as the social-historical phenomenon that explains and places Administration as the agent that maximizes the capital in the context of the modern capitalist industry.

Key words: Concept of administration. Administrative rationality. Economy-administration relationship.

* **ANA CRISTINA BATISTA-DOS-SANTOS** é Mestre em Administração pela UECE. Doutoranda em Administração (PPGA/UFRN). Professora Assistente no Curso de Administração da UFERSA (Departamento de Agrotecnologia e Ciências Sociais)

Introdução

Tomando o construto Administração como objeto de estudo, o texto empreende uma reflexão teórica sobre o mesmo, abordando os seguintes temas: (i) etimologia, diversidade de definições e imprecisões; e (ii) emergência histórica da Administração e sua convergência com a racionalidade moderna. Metodologicamente, o texto apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica que foi desenvolvida "a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 1991, p. 48).

2 Administração: da sua etimologia a suas imprecisões

Administração (do latim *administratione)*, substantivo entendido como a ação de administrar, deriva do verbo latino *administrare* (LOMBARDI, 2006, p. 5), este resultante da junção do prefixo *ad* (a, próximo, para) ao termo *ministrare* (atender, servir, fornecer) (<http://www.myetymology.com/latin/administrare.html>). Assim, em sua etimologia, o termo administração traz a ideia de algo para servir, destinado a atender, o qual foi dicionarizado, em língua portuguesa, com o sentido de uma "ação de prestar ajuda, execução, direção" (HOUAISS, 2001).

Apesar da aparente precisão etimológica, as definições do termo parecem não carregar a marca da clareza na literatura especializada. Raymundo (2006), ao tentar responder à pergunta apenas aparentemente simples – O que é Administração? – se deu conta de peculiaridades do campo, destacando que a administração é caracterizada por seus traços multicientífico e multidisciplinar, figurando entre as matérias com problema de identidade devido à variedade e disparidade de definições. O autor argumenta que "enquanto a medicina está presa aos cânones das suas enciclopédias, a administração transita livremente entre o senso comum e as teses, [ocupando] um arco que vai do manual técnico até à especulação filosófica. (RAYMUNDO, 2006, p. 12)"

Ao analisar a literatura da área, em suas múltiplas tentativas de definir a administração, várias questões, não de todo conciliáveis, podem ser formuladas: (i) a administração, quando busca testar e comprovar hipóteses, e generalizar resultados, sendo estes tratados como conhecimentos a serem aplicados universalmente, é uma ciência exata?; (ii) a administração, quando busca compreender os fenômenos sociais que ocorrem no interior das organizações e destas na sociedade, seria uma ciência social?; (iii) a administração, quando trata de criação, habilidade, talento, emoção, criatividade, sabedoria, intuição; deve ser entendida como uma arte, cujo corolário seria um administrador-artista?; (iv) a administração, quando trata de um conhecimento a ser aplicado, com vistas a intervir na forma como o trabalho é realizado nas organizações, poderia ser denominada de tecnologia?; e, ainda, (v) quando a administração lida com a realidade social, a comunidade e seus impactos e com pessoas dentro das organizações, especialmente mediante o poder de mando, intervindo em suas vidas, deveria ser entendida como um fenômeno político?

Assim, com tantas possibilidades de definição e enquadramento – ciência, arte, tecnologia, fenômeno político (AKTOUF, 2005; RAYMUNDO, 2006) – , a administração e a criação teórica da área parecem se assemelhar,

metaforicamente, a uma torre de babel (RAMOS, 1983). Disto decorre o risco de permanecer no status de ciência pré-analítica (RAMOS, 1981) ou de exemplificar a contradição de uma ignorância douta (ALBANDES-MOREIRA, 1993).

Alguns autores tendem a definir a administração e o administrar a partir das principais proposições teóricas do *mainstream* da área, considerando apenas aquelas que ganharam relevância ao longo do século vinte, ora propondo teorias, ora propondo tecnologias de intervenção fruto de exercícios de consultoria, configurando o que Santana (2003, p. 1) chama de "fetiche da novidade na administração". Sob esta perspectiva, por exemplo, Escrivão Filho e Perussi Filho (2008) definem o administrar listando onze proposições de teóricos que se destacaram na área, a saber: (i) para Fayol, administrar é planejar; (ii) para Koontz e O´Donnell, administrar é coordenar; (iii) para Drucker, dirigir, dar visão e fixar o curso dos negócios configuram o que é administrar; (iv) para Barnard, administrar envolve o comunicar e obter cooperação; (v) para Simon, administrar é decidir; (vi) para Mintzberg, administrar é desempenhar papeis gerenciais; (vii) para Kotter, administrar é estabelecer agenda e criar redes de contatos; (viii) para Stewart, administrar seria atender a demandas sob restrições e escolher agenda; (ix) para Nadler e Tushman, administrar é diagnosticar o comportamento da organização e construir a sua arquitetura; (x) para Senge, administrar é aprender continuamente; e, finalmente, (xi) para Prahalad, administrar é construir competências para moldar e explorar o futuro.

Com tantos e díspares entendimentos do que seria administrar, pode-se afirmar que administração é quase tudo, ou, como prefere Raymundo (2006, p. 09): "quase tudo é administração". Assim entendida e discursada, sob uma aparente aura de cientificidade, Ramos (1983, p. 46) adverte:

> o estudo científico do fato administrativo tem sido encaminhado de maneira unilateral. Cada corrente ou escola tem superestimado um de seus aspectos, ou alguns deles. A teoria administrativa só atingirá maturidade científica quando assimilar a categoria de totalidade.

Este texto entende que um exame e tentativa de definição da administração que busque incorporar a perspectiva da totalidade, exige levar em conta sua inscrição histórica.

3 Administração e sua história: encontro com a racionalidade moderna

Enquanto tema de relevância sócio-histórica e campo específico de conhecimento, a administração constitui um fenômeno recente, uma vez que a mesma ganha destaque social face ao contexto de industrialização, a partir da história e demandas da indústria capitalista moderna (CHANLAT, 1999; VIZEU, 2009). É, então, neste contexto sócio-econômico que a administração "se encontra" com o trabalho, face à relação dialética deste com o capital. Eis o "lugar por excelência" da administração.

Os princípios do pensamento administrativo moderno surgiram gradativamente e ao longo do desenvolvimento do modo capitalista de produção industrial, mas existe um consenso entre historiadores especializados no *management* de que o marco histórico de nascimento do mesmo é o momento em que a gestão do processo industrial se torna

sistemática (VIZEU, 2009). O *management* tem sua emergência histórica diretamente ligada às atividades industriais e comerciais da segunda metade do século XIX, pois, enquanto conjunto codificado e sistematizado de princípios e técnicas, o mesmo era praticamente inexistente antes desse período (CHANLAT, 1999).

> A função de gerência que caracteriza o *Management* surge no momento em que o controle dos trabalhadores envolvidos nas atividades produtivas exige um maior número de pessoas, tendo em conta que a especialização da gestão na atividade industrial se dava pela amplitude do comando, mas também devido à maior complexidade das atividades produtivas que emerge com a mecanização da manufatura, um processo tecnológico que, além de possibilitar uma maior racionalização das tarefas, teve por consequência um enorme aumento no volume produzido, em comparação com o modelo de produção artesanal. É por isso que, a partir do advento do sistema fabril, a função do administrador vai deixando de configurar-se exclusivamente pela figura do capataz para gradualmente delinear-se como uma atividade mais sofisticada, que exige um conhecimento especializado. (POLLARD, 1965 apud VIZEU, 2009, p. 8)

Para Vizeu (2009), os principais aspectos de transição do saber gerencial empírico para a administração sistemática são dispostos em três fases: na primeira, os problemas de organização e gestão do trabalho industrial eram resolvidos de forma *ad hoc*, pelos gestores envolvidos neste processo; na segunda fase, os procedimentos para a solução dos problemas de gestão na empresa industrial eram planejados através de experimentação e pesquisa sistemática, mas ainda desenvolvidos exclusivamente dentro da organização onde estes ocorriam; a terceira fase corresponde à sistematização da prática de gestão, tendo como referência aquilo que outras organizações do mesmo ramo estavam fazendo. É nesta fase que o saber sobre gestão passa do interior para o exterior das organizações, criando a institucionalização das práticas de gestão organizacional.

Outro fator responsável pela rápida adoção da administração sistemática e talvez o mais difundido enquanto conhecimento administrativo foi o taylorismo. Este emerge no âmbito do processo de concentração e de centralização dos capitais, que se intensifica na fase monopolista do capitalismo, processo este que se reflete no crescimento cada vez maior das unidades fabris, que vão reunir milhares de operários num mesmo espaço de trabalho (RAGO; MOREIRA, 1984; VIZEU, 2009). O sistema Taylor evidenciava o estado de consciência do homem ocidental da época em que a ciência matemática se convertera em símbolo de uma ordenação total da vida, embasada no predomínio da razão calculista e do progresso. São os tempos em que a sociedade transformou tempo em mercadoria e em que a "gerência" do/pelo relógio simboliza a cisão operada entre tempo de trabalho e tempo livre, marcando uma oposição entre vida e trabalho (RAGO; MOREIRA, 1984). Assim, no contexto da teoria das organizações, o taylorismo tornou-se o ícone da legitimação cientificista da cisão da relação do trabalhador com o seu conhecimento e com o controle do processo de trabalho, isto é, com o seu saber e o seu fazer, sendo as técnicas propostas por Taylor o fundamento do pensamento

administrativo moderno que embasou os cursos de administração durante o século XX (VIZEU, 2009).

É importante observar que Taylor (1986) reconhecia a sapiência do trabalhador, pois é ele quem vai dizer que cada tarefa e cada movimento de cada trabalhador possuem uma ciência, um saber profissional (RAGO; MOREIRA, 1984). Taylor (1986, p. 48) afirma: "o engenho e a experiência de cada geração, de cada década, sem dúvida tem transmitido à seguinte os melhores métodos empregados". Ele reconhecia especialmente o valor deste saber dos trabalhadores: "esse conjunto de conhecimentos empíricos ou tradicionais pode ser considerado como o principal recurso e patrimônio dos artífices". Porém, é neste tema – o conhecimento do trabalhador - que ele identifica dois problemas co-relacionados: i) o trabalhador sabia, e este saber lhe assegurava o arbítrio sobre o como e o quanto trabalhar; ii) a administração não sabia: "os trabalhadores possuem esses conhecimentos tradicionais, dos quais grande parte escapa à administração" *(id. ibid.)*. Este "não-saber" configurava uma sujeição da administração à vontade do trabalhador, restando a ela apenas promover o incentivo em direção à iniciativa do trabalhador:

> ele (o administrador) acredita que sua função seja induzir o trabalhador a usar atividade, o melhor esforço, os conhecimentos tradicionais, a habilidade, a inteligência e a boa vontade – em uma palavra – sua iniciativa. O principal problema da administração pode ser, então, resumido em obter a melhor iniciativa de cada operário. (TAYLOR, 1986, p. 49).

É este o cenário social em que Taylor formula seu sistema de administração científica. Assim, ele dedica seus intensos estudos – como o clássico estudo de tempos e movimentos – a resolver este problema "estratégico": um trabalhador conhecedor versus uma administração ignorante. Os sistemas tradicionais precisavam ser substituídos por estruturas que garantissem funcionalidade e eficiência ao processo produtivo (MOTTA; VASCONCELOS, 2005), por meio da retirada do controle das mãos dos trabalhadores. Tornava-se imperativo inverter esta situação, de modo que o trabalhador conhecedor de todo o processo de produção, pudesse saber apenas em parte; e a administração, até então ignorante quanto ao "saber-fazer" do trabalhador, pudesse passar a ter um conhecimento apropriado de cada parte para que, daí em diante, pudesse determinar o "como fazer" a cada trabalhador, contribuindo para o aumento do controle patronal sobre o trabalho e sobre o movimento sindical organizado: "como o taylorismo pretendia a disciplinarização da autoridade do *manager* sobre o trabalho, este sistema doutrinário atendia à intenção do movimento patronal em minar o poder dos sindicatos." (VIZEU, 2009, p. 11).

Tinha-se em vista a cooptação do conhecimento do trabalhador que só seria efetivamente conseguido se primeiramente se conhecesse como ele, o trabalhador, faz. Mas não apenas isso, também era preciso operar uma mudança substantiva, isto é, na constituição do próprio trabalho e na relação do trabalhador com o seu fazer. Isso foi conseguido operando-se a cisão entre o trabalho intelectual e o físico, seguido da fragmentação parcelar deste último com uma correspondente "relocalização" do primeiro na administração, que passou a ter o controle efetivo tanto pelo conhecimento do que anteriormente lhe

era alheio – o "saber-fazer" – quanto pela centralização da autoridade que lhe conferia o poder para "fazer-fazer". Desta maneira, "Taylor promove dentro das fábricas uma nova função para a gerência, baseada no estudo e planejamento do trabalho, mas que tinha por resultado mais significativo o controle do processo de trabalho pela administração." (VIZEU, 2009, p. 12)

O sucesso do taylorismo pode ser explicado em razão de sua eficiência histórica (RAMOS, 2009). A história do capitalismo moderno demandava um "sistema" que desse conta da necessidade de racionalização do trabalho por parte do capital, tendo em vista os objetivos de maximização dos lucros (RAGO; MOREIRA, 1984), sendo neste entremeio que a administração assume historicamente sua posição. Sendo o trabalho gerador não só do valor de uso, mas especialmente do valor de troca (AKTOUF, 2004), sua crescente racionalização, tendo em vista a elevação da produtividade, tornou-se necessária ao capital. Taylor procura, então, racionalizar o trabalho no processo de fabricação (CHANLAT, 1999). Porém, Ramos (2009) adverte que a organização racional do trabalho de Taylor, ou seu sistema de administração científica, simbolizam uma etapa liminar, pois sua obra emerge num ambiente racionalizador que já vinha sendo formado através de esparsos achados ou invenções desde a metade do século XVIII. Assim, "as forças configuradoras da época e da situação particular de Taylor possibilitaram a 'eficiência histórica' de sua criação." (RAMOS, 2009, p. 55).

Neste sentido, autores como Ramos (1981, 1983, 2009) e Tenório (2004) afirmam que um adequado entendimento do que historicamente se revelou ser a administração, ou a ação administrativa, exige um debate acerca do seu encontro com a racionalização no mundo moderno, cuja expressão se dá através do predomínio de tipos específicos de racionalidade e ética: (i) quanto à racionalidade, a prevalência da racionalidade funcional, ou instrumental, sobre a racionalidade substantiva; e (ii) quanto à ética, a supremacia da ética da responsabilidade sobre a ética do valor absoluto, ou da convicção. Esses pares de conceitos são retomados por Ramos (1966, 1981) a partir das proposições de Weber (1994).

A racionalidade funcional ou instrumental enfoca o controle por meio do desenvolvimento de relações causais entre os eventos (ADORNO; HORKHEIMER, 1947), e tem sua origem no conceito weberiano de ação racional no tocante aos fins (WEBER, 1994). Ela é orientadora de ações que se caracterizam por serem: "sistemáticas, conscientes, calculadas, atentas ao imperativo de adequar condições e meios a fins deliberadamente elegidos." (RAMOS, 1983, p. 38). As ações não são consideradas a partir da qualidade intrínseca ao seu conteúdo, mas em seu maior ou menor concurso para obtenção das finalidades estabelecidas. A racionalidade instrumental é reducionista, calculista e unidimensional, pois conduz as pessoas a um tipo de procedimento em que o mundo exterior é reduzido a um objeto manipulado por razões finalistas (MUHL, 1996). Já a racionalidade substancial é aquela originária do conceito weberiano de ação racional no tocante a valores. Segundo Weber (1994, p. 15): "age de maneira puramente racional referente a valores quem, sem considerar as conseqüências previsíveis, age a serviço de sua convicção sobre o que parecem ordenar-lhe o dever, a dignidade, a beleza, as

diretivas religiosas, a piedade ou a importância de uma 'causa' de qualquer natureza." Ramos (1966) adverte que este tipo de racionalidade guarda relação estreita com a liberdade.

Quando aos tipos de ética, Ramos (1966) destaca a correspondência entre as mesmas e os tipos de racionalidade. Assim, a ética da responsabilidade, entendida como aquela que predomina nas organizações e que traz pouca tolerância para com a singularidade (PAULA, 2007, p. 176), guarda relação com a racionalidade funcional por se dirigir predominantemente para o alcance dos resultados organizacionais. Por outro lado, para Ramos (1983), a observância da ética da convicção – isto é, a ética que corresponde a uma racionalidade referente a valores – é necessária para a segurança e integridade interna do indivíduo, mas que, ao considerá-la, por vezes o indivíduo se envolve em situações conflitantes devido à tensão permanente entre os valores do indivíduo e os da organização.

Assim, Ramos (1983) afirma que a emergência da administração se deu sob o predomínio do par racionalidade funcional-ética da responsabilidade, e, então, define a ação administrativa como "modalidade de ação social, dotada de racionalidade funcional, e que supõe estejam os seus agentes, enquanto a exercem, sob a vigência predominante da ética da responsabilidade." (RAMOS, 1983, p. 65). Neste sentido, a administração foi historicamente se desenvolvendo, tornando-se refém de um tipo específico de racionalidade, e inscrevendo-se como um dos fenômenos sociais mais característicos das sociedades hipermodernas, isto é, aquelas em que há uma "exacerbação das contradições da modernidade, particularmente a dominação 'irracional' da racionalidade instrumental" (GAULEJAC, 2007, p. 33).

Desde o ponto de vista das relações entre a administração e a economia, o predomínio da ética da responsabilidade, sob uma potencialização da racionalidade instrumental, nos domínios da administração, se deve especialmente pela sujeição desta aos imperativos econômicos ligados ao grande capital, na modernidade. Porém, para Aktouf (2004), o que ocorreu ao longo da história não foi uma prevalência do econômico no sentido primeiro do termo, pois o mesmo traz, em suas origens, um significado bastante diferente do que assumiu ao longo do tempo. Aktouf (2004, p. 58) retoma a distinção aristotélica entre o econômico e a crematística e esclarece que o primeiro "provém etimologicamente dos vocábulos gregos *oikos* e *nomia,* que significam a norma de conduta do bem-estar da comunidade, ou da casa, em um sentido muito ampliado"; a segunda, a crematística (ciência da produção de riqueza), é aquela que posteriormente veio assumir o lugar do econômico, usurpando-lhe o nome. Trata-se da acumulação dos meios de aquisição, a acumulação da moeda pela moeda (*Khréma-atos*), que ele qualifica como traição crematística.

Assim, para Aktouf (2004), a emergência histórica da administração se dá num contexto de prevalência dos interesses econômicos, estes tomados no sentido crematístico, que privilegia a acumulação privada de riquezas, e deles se torna instrumento para criação crescente de mais-valia através do trabalho. Chanlat (1999) advoga uma reconciliação do econômico com o social, nos domínios do *management*; uma inferência tomando por base

Aktouf (2004) é a de que isso só é possível se houver um retorno do crematístico ao econômico, no sentido radical do termo.

Conclusão

Tendo em vista o objetivo elegido para estudo, o texto conclui que a variedade de definições e as imprecisões que cercam o construto Administração configuram um campo disciplinar com sinais de imaturidade teórica, com implicações epistemológicas e metodológicas que devem ser consideradas. Pois, que tipo de conhecimento é (ou deve ser) construído neste campo? Um conhecimento científico? Um conhecimento artístico? Um saber tecnológico? Um saber ao nível da ciência política? E, ainda, como questões (e complicações) conexas, tem-se: Como enquadrar tal campo no âmbito do ensino superior? Em qual área de conhecimento ele deve figurar? Como apresentar e ensinar tal disciplina a um número crescente de alunos, nos cursos de Administração?

Por outro lado, o texto também conclui que as indefinições e imprecisões mencionadas podem ser explicadas pelo tipo de racionalidade dominante no campo, racionalidade esta que tem sido frequentemente omitida no discurso da literatura dominante podendo, então, ser causa e fator de reprodução das tais imprecisões. Assim, se o debate sobre as racionalidades e os correspondentes tipos de ética, identificáveis na história da Administração, fosse trazido para o centro das discussões do campo, certamente o mesmo teria a ganhar em termos de maturação teórica, além de tratar os seus formandos com maior honestidade intelectual.

Referências

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. O Conceito de Esclarecimento (1947). *In:* _____; _____. **A Dialéctica do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Disponível em: <http://adorno.planetaclix.pt/>. Acesso em: 29 abr. 2004.

AKTOUF, O. Ensino de Administração: por uma Pedagogia para a Mudança. **Revista Organizações e Sociedade**. v.12, n. 35, outubro/dezembro, 2005.

_____. **Pós globalização, administração e racionalidade econômica:** a Síndrome do Avestruz. São Paulo: Atlas, 2004.

ALBANDES-MOREIRA, L.A. **Docta Ignorantia***:* sobre o que e como teoriza a teoria organizacional e administrativa prevalente. 1993. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Administração), UFRGS, Porto Alegre, 1993.

CHANLAT, J.F. **Ciências sociais e management**. São Paulo: Atlas, 1999.

ESCRIVÃO FILHO, E.; PERUSSI FILHO, S. (org.) **Administrar é:** a evolução do trabalho do administrador. São Paulo: Editora Rima, 2008.

GAULEJAC, V. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. São Paulo: Idéia e Letras, 2007.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 1 CD.

LOMBARDI, J.C. Introdução. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. especial, p. 5 –10, ago. 2006

MOTTA, F.C.P.; VASCONCELOS, I.F.F.G. **Teoria Geral da Administração.** 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005

MUHL, E.H. Crítica à racionalidade instrumental: as contribuições de Adorno e Horkheimer. In: CENCI, Ângelo (org). **Ética, Racionalidade e Modernidade.** Série Ciência Filosofia. Passo Fundo: EDIUPF, 1996.

PAULA, A.P.P. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **Revista Organizações & Sociedade**. v.14, n. 40, 2007, p. 169-188

RAGO, L.M.; MOREIRA, E.F.P. **O que é Taylorismo.** SP: Editora Brasiliense, 1984.

RAMOS, A.G. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**. Brasília: Conselho Federal de Administração, 2009.

_____. **Administração e contexto brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

_____. **A nova ciência das organizações:** uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1981

RAYMUNDO, P.R. **O que é Administração**. Ed.Brasiliense, 2006

SANTANA, M.W. O fetiche da novidade na administração **Revista Conjuntura e Planejamento**. Salvador: SEI, n. 104, p. 26-33, dez. 2003.

TAYLOR, F.W. **Princípios de administração científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1986

TENÓRIO, F.G. **Tem razão a administração?** Ijúi: Editora Unijuí, 2004.

VIZEU, F. **(Re)contando a velha história:** reflexões sobre a gênese do *Management* a partir de (novas?) referências historiográficas. In: II Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade (EnEPQ) da Associação Nacional dos Curso de Pós-graduação em Administração (ANPAD). Curitiba: ANPAD, **Anais**, 2009 1 CD ROM

WEBER, M. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 3. ed. Tradução de Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Universidade de Brasília, 1994.